

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13456	19558/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPE.05.26.DMOSM_Aprovação da retificação do Programa do procedimento		
Unidade Administrativa		
DCP - UCE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.05.26.DMOSM

Contratação: empreitada de "CRIAÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CÁVADO".

Preço base (Pb): €504.487,50 (quinhentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Assunto: Aprovação da retificação do Programa do Procedimento.

I – PROJETO DE DECISÃO

No âmbito do presente procedimento, foi detetada uma desconformidade entre o Programa do Procedimento e a respetiva Proposta de Abertura, especificamente no que respeita ao **Regulamento de Análise das Propostas** indicado no **Artigo 19.º (Critério de Adjudicação)**.

Tornou-se ainda necessário acrescentar ao ponto 1, alínea g do artigo 12.º do referido programa, o seguinte: "*Programa de trabalhos, em conformidade com o faseamento previsto no ponto 3.9. Cronograma geral de intervenção (Quadro 23 - Cronograma geral de intervenção) da Memória descritiva e justificativa, sob pena de exclusão*".

Considerando que é imperativo assegurar a coerência das peças do procedimento e a conformidade com a decisão de contratar original, procedeu-se à retificação do erro material identificado.



II – PROPOSTA

Nestes termos, propõe-se a aprovação da retificação dos Artigos 12.º e 19.º do Programa do Procedimento anexo, em conformidade com os termos da Proposta de Abertura.

Em anexo: Programa do Procedimento_Retificado.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA**PARTE A - PROGRAMA DO PROCEDIMENTO****Concurso Público: CPE.05.26.DMOSM**

Contratação: empreitada de “**CRIAÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CÁVADO**”.

Preço base (Pb): €504.487,50 (quinhentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Página 1 de 32



ÍNDICE

I - Disposições Gerais.....	4
Artigo 1.º	4
(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)	4
Artigo 2.º	4
(Decisão de contratar)	4
Artigo 4.º	5
(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)	5
Artigo 5.º	5
(Objeto do concurso).....	5
II – Concorrentes	5
III – Elaboração de propostas	6
Artigo 11.º	7
(Parâmetros base e aspetos vinculativos).....	7
Artigo 12.º	8
(Documentos que constituem as propostas).....	8
Artigo 13.º	9
(Idioma dos documentos da proposta).....	9
Artigo 14.º	10
(Proposta variante)	10
IV – Apresentação das propostas	10
Artigo 15.º	10
(Prazo de apresentação das propostas)	10
Artigo 16.º	10
(Modo de apresentação das propostas)	10
V – Análise e avaliação das propostas	11
Artigo 17.º	11
(Esclarecimentos sobre as propostas).....	11
Artigo 18.º	11
(Suprimento da proposta).....	11



Artigo 19.º	12
(Critério de adjudicação)	12
Artigo 20.º	12
(Negociação)	12
Artigo 21.º	12
(Audiência prévia e adjudicação)	12
VI – Habilitação e caução	12
Artigo 22.º	12
(Requisitos).....	12
Artigo 23.º	13
(Documentos de habilitação)	13
Artigo 24.º	14
(Caução).....	14
Artigo 24.º A	14
(Minuta e outorga do contrato)	14
VII – Disposições Finais	15
Artigo 25.º	15
(Comunicações).....	15
Artigo 26.º	15
(Despesas e encargos)	15
Artigo 27.º	15
(Legislação aplicável).....	15
Artigo 28.º	15
(Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)	15
ANEXO I	17
MODELO DE DECLARAÇÃO.....	17
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]	17
ANEXO II	19
ANEXO III	20
ANEXO IV	21
ANEXO V.....	22
ANEXO VI.....	24



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Concurso Público: CPE.05.26.DMOSM

I - Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)

1.- O presente programa do procedimento regula o procedimento de contratação da empreitada de obras públicas de **“CRIAÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CÁVADO”**.

2.- A presente contratação é promovida pelo Município de Braga, que se assume como entidade adjudicante.

3.- A entidade adjudicante tem sede na Praça Municipal, 4700 – 435 Braga, e oferece os contactos seguintes:

- a) Telefone: +351253616060;
- b) Telefax: +253203151;
- c) Endereços eletrónico: contratacao.empreitadas@cm-braga.pt
- d) Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> ([vortalvision](https://www.vortalvision.com))

Artigo 2.º

(Decisão de contratar)

1.- A decisão de contratar será efetuada nos termos do disposto no artigo 36.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

2.- Para cumprimento do artigo 36.º n.º 5 do Código dos Contratos Públicos, é de referir que o presente projeto reúne os pareceres favoráveis, obrigatórios e vinculativos, das seguintes entidades:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
- Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Artigo 3.º

(Tipo de procedimento)

1.- A contratação é precedida pelo presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e 130.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Página 4 de 32



2.- O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto no artigo 19.º alínea b), do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 4.º

(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)

1.- O programa do procedimento e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na página da plataforma eletrónica www.vortal.biz/pt-pt, e em formato eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 1.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, desde o dia da colocação a concurso do presente procedimento na plataforma eletrónica referida, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2.- Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

Artigo 5.º

(Objeto do concurso)

1.- O concurso tem por objeto a escolha dos cocontratantes da entidade adjudicante para a execução do contrato correspondente à **empreitada “CRIAÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CÁVADO”**.

2.- O procedimento destina-se à formação de um único contrato, não estando prevista a adjudicação por lotes, dado que a entidade adjudicante considera que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis.

II – Concorrentes

Artigo 6.º

(Concorrentes)

1.- São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta, nos termos do art.º 53.º e 56.º, n.º 1, ambos do Código dos Contratos Públicos.

2.- Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.



Artigo 6.º A

(Modalidade jurídica de associação de empresas)

1.- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente regulamento.

2.- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3.- Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

Artigo 7.º

(Associação em caso de adjudicação)

1.- No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

III – Elaboração de propostas

Artigo 8.º

(Reclamações ou dúvidas sobre as peças patenteadas no concurso)

1.- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser apresentados pelo concorrente através do respetivo procedimento na plataforma eletrónica www.vortal.biz/pt-pt, à entidade adjudicante, até às **18h00 do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.

2.- Até à data limite referida no número anterior, deve o convidado apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

3.- Os esclarecimentos, as retificações e a lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelo convidado será disponibilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do



procedimento que se encontrem patentes para consulta, até ao termo do **segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.**

4.- A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida tempestivamente por qualquer interessado.

Artigo 9.º

(Esclarecimentos officiosos)

A entidade adjudicante poderá, officiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e efetuar retificações de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 10.º

(Inspeção do local dos trabalhos)

1.- Até à data limite para a apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar o local e nele efetuar todos os reconhecimentos e testes que entendam necessários à elaboração da sua proposta, tendo em consideração que o adjudicatário não poderá invocar o desconhecimento das condições do local, nomeadamente físicas e/ou estruturais, para se exonerar das suas responsabilidades.

2.- As inspeções e os testes são da exclusiva conta e risco dos interessados, competindo-lhes obter todas as autorizações ou licenças necessárias, bem como suportar todos os custos, indemnizações ou outros encargos daí eventualmente resultantes.

3.- Os elementos disponibilizados pela entidade adjudicante, nomeadamente com as peças de concurso, são-no a título meramente indicativo e auxiliar, não sendo aquela entidade, de forma alguma, responsável pelas informações aí contidas, nomeadamente as respeitantes às condições locais.

Artigo 11.º

(Parâmetros base e aspetos vinculativos)

1.- O preço base do procedimento é de **504.487,50 (Quinhentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos) (Sem IVA)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

1.1- Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá adjudicar aquela que - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e



pressuposto de exceção e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.

2.- O prazo máximo de execução da presente empreitada é de **365 dias**, significando este o prazo máximo de execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelo concorrente.

3.- A violação dos parâmetros base implica a consequência (exclusão da proposta) prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 12.º

(Documentos que constituem as propostas)

1.- Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, **sob pena de exclusão**, dos documentos previstos no artigo 57.º no *Código dos Contratos Públicos*, nomeadamente:

- a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo I** ao presente regulamento;
- b) **Declaração de intenção de associação jurídica** (Se aplicável) no caso previsto no artigo 6.º deste programa, conforme o modelo constante do **Anexo III**;
- c) **Declaração** contendo a indicação do preço e do prazo para a conclusão dos trabalhos;
- d) **Lista dos preços unitários da obra** todas as espécies de trabalho e quantidades previstas no projeto de execução, de acordo com o mapa de quantidades patenteado no concurso, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais; **(Os preços unitários, para além de serem apresentados em documento PDF, devidamente assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, devem ser introduzidos no ficheiro das quantidades da plataforma eletrónica).**
- e) **Indicação dos preços parciais** propostos, em correspondência às Categorias e subcategorias previstas no artigo 22.º deste programa do concurso, e correspondência às habilitações contidas no alvará, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do *Código dos Contratos Públicos*, aplicando-se o disposto no n.º 5 desse mesmo normativo se for o caso;
- f) **Declaração de compromisso da execução dos trabalhos, do subempreiteiro**, se aplicável;
- g) **Programa de trabalhos, em conformidade com o faseamento previsto no ponto 3.9. Cronograma geral de intervenção (Quadro 17 - Cronograma**



geral de intervenção, da Memória descritiva e justificativa, sob pena de exclusão, nomeadamente:

- **Plano de trabalhos** (elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, compreendendo, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas no Caderno de Encargos);

- **Plano de mão de obra** (elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, contendo a especificação dos meios necessários para execução dos trabalhos previstos no caderno de encargos, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas);

- **Plano de equipamentos** (elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, contendo a especificação dos equipamentos necessários para a execução dos trabalhos previstos no caderno de encargos, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas);

- **Plano de pagamentos** que contenha a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito, nos termos do artigo 361-A do Código dos Contratos Público.

h) **Um cronograma** financeiro contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos;

i) **Memória Justificativa e Descritiva** do modo de execução da obra, de acordo com o plano de trabalhos.

2.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

3.- Todos os documentos identificados nos números anteriores terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.

Artigo 13.º
(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto nos documentos referentes a catálogos, especificações técnicas, esquemas, gráficos, homologações e certificados de qualidade relativos apenas e somente a materiais e equipamentos propostos, os quais também podem ser redigidos em língua espanhola ou francesa ou inglesa.



Artigo 14.º

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do *Código dos Contratos Públicos*, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha(m) atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

IV – Apresentação das propostas

Artigo 15.º

(Prazo de apresentação das propostas)

1.- Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 12.º do presente programa do concurso, deverão ser entregues até às **18H00 do 30º** dia a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

2.- Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

Artigo 16.º

(Modo de apresentação das propostas)

1.- Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados no respetivo procedimento na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço www.vortal.biz/pt-pt.

2.- No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea c) n.º 3 do artigo 1.º do presente programa do procedimento (contratacao.empreitadas@cm-braga.pt).

3.- O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.

4.- A receção da proposta é registada com referência à data e hora, em conformidade com o recibo emitido pela plataforma eletrónica.

5.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos* e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros das propostas, exigidos no presente programa do procedimento, sob pena de exclusão da proposta.



6.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos*, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

7.- No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8.- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não afasta a exigência inscrita no n.º 6 do presente normativo.

9.- A não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 12.º deste programa do concurso determina a exclusão da proposta.

V – Análise e avaliação das propostas

Artigo 17.º

(Esclarecimentos sobre as propostas)

1.- O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3.- Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

Artigo 18.º

(Suprimento da proposta)

1.- O júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidas nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

2.- O suprimento das irregularidades das propostas, será efetuado em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*.



Artigo 19.º
(Critério de adjudicação)

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada, nos termos do artigo 74.º, número 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, através da modalidade Multifator, em conformidade com o **Anexo VI (Regulamento de análise das propostas)**.

Artigo 20.º
(Negociação)

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 21.º
(Audiência prévia e adjudicação)

- 1.- A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
- 2.- Os concorrentes têm cinco dias após a notificação do *Relatório Preliminar de Análise e Ordenação das Propostas* para se pronunciarem sobre o mesmo.
- 3.- Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante.

VI – Habilitação e caução

Artigo 22.º
(Requisitos)

São requisitos de habilitação do(s) concorrente(s), sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a) A titularidade de alvará de construção, emitido pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações seguintes, sem prejuízo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho:

- A 1.ª subcategoria (Obras fluviais e aproveitamentos hidráulicos) da 3.ª Categoria (Obras hidráulicas), em classe correspondente ao valor global da proposta;
- b) A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*.



Artigo 23.º

(Documentos de habilitação)

1.- O **adjudicatário** deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, será solicitado ao adjudicatário a apresentação de um **plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
- b) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de procedimento, dele fazendo parte integrante;
- c) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
- d) Certidão permanente ou código de acesso à mesma, referente à pessoa jurídica do concorrente, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos;
- e) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Alvará ou título de registo pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP), titulando as autorizações previstas na alínea a) do artigo anterior.

1.1 No caso do adjudicatário recorrer à subcontratação, deve apresentar também os seguintes documentos de habilitação, correspondentes ao subempreiteiro:

- a) Certidão permanente ou código de acesso à mesma, referente à pessoa jurídica do concorrente, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos;
- b) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Alvará ou título de registo pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações previstas na alínea a) do artigo anterior.

2.- Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.

3.- Caso se verifique a hipótese prevista no artigo 6.º deste programa, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 devem ser todos os membros que constituem o agrupamento adjudicatário.



4.- Fixa-se em 5 dias de calendário o prazo para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 24.º

(Caução)

1.- O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a 5% do preço contratual, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- Se o preço contratual vier a ser fixado em montante considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário corresponderá a 10% daquele preço.

3.- Os termos para a prestação da caução constam dos anexos ao caderno de encargos.

Artigo 24.º A

(Minuta e outorga do contrato)

1. Nos termos do art.º 98 do *Código dos Contratos Públicos*, a minuta de contrato é aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do art.º 100 do *Código dos Contratos Públicos*.

2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 101.º do *Código dos Contratos Públicos*, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

4. A outorga do contrato terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, nos termos do art.º 104, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

5. Previamente à data da celebração do contrato, o adjudicatário deve providenciar pela entrega do termo de responsabilidade e seguro de responsabilidade civil do diretor de obra, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.

6. **O contrato deve ser assinado digitalmente** com recuso a certificado digital qualificado, pelo/s representante/s da entidade adjudicatária, e devolvido à entidade adjudicante, **no prazo de 10 dias a contar do envio da respetiva notificação**, sob pena de caducidade da adjudicação.



VII – Disposições Finais

Artigo 25.º

(Comunicações)

1.- As comunicações feitas durante a fase de formação ou de execução do contrato, entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

Artigo 26.º

(Despesas e encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 27.º

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime do *Código dos Contratos Públicos, com as alterações em vigor* e restante legislação aplicável.

Artigo 28.º

(Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)

1.- Os contratos cujo valor não exceda os 750.000,00€ ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, e entrarão em vigor na data da sua assinatura.

2.- Os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, produzem todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa.

3.- No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período.

4.- O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 da presente cláusula conta-se a partir da notificação efetuada ao contraente público pelo Tribunal de Contas.



5.- Os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, cujo **valor seja superior a 950.000,00€ não produzem quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade** e só entrarão em vigor na data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou do visto prévio, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 4 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

a).....

b).....

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.



7.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



**ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁵ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁶ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Público.

2.- O declarante junta em anexo (ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁷) os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido.

3.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local),.....(data),.....[assinatura⁸].

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁸ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA
[a que se refere o n.º 1 do artigo 6º do programa de concurso]

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de² (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao³, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1.- Caso lhes venha a ser adjudicada a empreitada, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;

2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;

3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;

4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura⁴].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

³ Identificação do procedimento

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



ANEXO IV

(a que se refere o artigo 25.º do Programa do Concurso)

Modelo de Guia de Depósito para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

€ _____, ____

Vai _____ (*Identificação completa do adjudicatário*) _____, com sede em _____ (*endereço*) _____, depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) _____ da _____ (*instituição bancária*) _____ a quantia de _____ (*extenso*) _____ em dinheiro/representada por títulos (1), como caução exigida no âmbito do _____ (*identificar o procedimento*) _____, relativo à adjudicação correspondente a _____ (2) _____, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*) _____, com sede em _____ (*endereço*) _____, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

_____, ____/____/____

Assinatura(s) _____.

(1) Eliminar o que não interessar.

(2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).



ANEXO V

(a que se refere o artigo 25.º do Programa do Concurso)

**Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das
obrigações do adjudicatário**

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Garantia Bancária n.º ____ ou Seguro-caução – Apólice n.º ____

Em nome e a pedido de ____ (*Identificação completa do adjudicatário*) __, vem o(a) ____ (*Identificação completa da instituição garante*) __, pelo presente documento, prestar, a favor de ____ (*Identificação completa da entidade beneficiária*) __, uma garantia bancária/seguro-caução (1), até ao montante de €____, ____ (*extenso*) __, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ____ (*identificar o procedimento*) __, relativo à adjudicação correspondente a ____ (2) __, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs ____ (3) __ do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde ____% (4) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (5) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

____, ____/____/____

Assinatura(s) _____



-
- (1) Eliminar o que não interessar.
 - (2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).
 - (3) Tratando-se de “garantia bancária”, devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 (do artigo 90.º);
Tratando-se de “seguro-caução”, devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 (do artigo 90.º).
 - (4) O valor da caução será de 5% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerada com “preço anormalmente baixo”, situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – Vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º.
 - (5) Eliminar o que não interessar.



ANEXO VI

(a que se refere o artigo 19.º do Programa do Concurso)

Concurso Público: CPE.05.26.DMOSM

Contratação: empreitada de “CRIAÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CÁVADO”.

Preço base (Pb): €504.487,50 (quinhentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Prazo máximo de execução da empreitada: 365 dias.

I - Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Regulamento)

O presente regulamento visa definir o enquadramento procedimental, organizacional e metodológico para a concretização dos trabalhos de análise, avaliação e ordenação das propostas, com vista à formulação de uma proposta de decisão final do procedimento ao órgão competente da entidade adjudicante.

Artigo 2.º

(Objeto do regulamento)

1.- O objeto do presente regulamento serão as propostas apresentadas no âmbito do procedimento: **CPE.05.26.DMOSM_ CRIAÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CÁVADO**”.

2.- Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, sem prejuízo da possibilidade do júri solicitar esclarecimentos quando tenha fundadas dúvidas interpretativas.

Artigo 3.º

(Júri do procedimento)

1.- O júri do procedimento procederá à avaliação das propostas e à execução dos demais procedimentos relacionados e à formulação da recomendação de decisão final do procedimento.

2.- O júri foi designado pelo órgão competente da entidade adjudicante, podendo este a todo o tempo, alterar a respetiva composição.



Artigo 4.º**(Consultores e estudos de apoio à decisão)**

1.- O júri do procedimento poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos.

2.- As deliberações do júri do procedimento poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

II - Análise das propostas**Artigo 5.º****(Objetivo)**

1.- As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.

2.- A adjudicação será efetuada nos termos do regulamento de análise e avaliação de propostas integrante do Programa de Concurso, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa prevista do número 1/a) do artigo 74.º do CCP, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a 2 (dois) aspetos da execução do contrato a celebrar, Preço Proposto e Valia Técnica da proposta.

3.- Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático;

4. - As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do Código dos Contratos Públicos.

Fatores	Subfatores	Ponderação		
Preço		80%		100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	20%	
	Programa de trabalhos	50%		



Artigo 6.º

(Fatores e subfatores)

1.- Os fatores e subfatores do critério de adjudicação serão operacionalizados por intermédio de uma fórmula matemática ou de descritor que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

2.- Os descritores descreverão, com a objetividade possível, os impactos de cada proposta em relação ao fator ou subfator do critério em questão.

3.- Cada um dos descritores compreenderá diferentes níveis de referência, a que corresponderá uma valia matemática.

4.- As valias relativas de cada uma das propostas, face a cada fator e subfator do critério de adjudicação, matematicamente identificadas, serão ponderadas em função do coeficiente determinado no n.º 2 do artigo 5.º do presente regulamento.

Artigo 7.º

(Análise das propostas)

O júri, previamente a qualquer operação de avaliação, analisará as propostas e determinará quais as que se conformam com os documentos normativos do procedimento e com as prescrições legais, propondo a exclusão daquelas cujos vícios ou irregularidades seja suscetível de integrar o disposto no n.º 2 do artigo 70.º ou do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 8.º

(Avaliação das propostas)

1.- O Júri procederá à leitura e análise das propostas que não devam ser excluídas, subsumindo-as individualmente, relativamente a cada fator ou subfator do critério de adjudicação, à fórmula matemática ou ao descritor determinado nos artigos seguintes do presente regulamento, apurando o impacto parcial individual de cada proposta.

2.- Uma vez determinado o nível de impacto de cada proposta ser-lhe-á fixado a pontuação correspondente ao nível a que a mesma tenha sido subsumida.

3.- À pontuação atribuída nos diferentes fatores e subfatores serão aplicados os respetivos coeficientes de ponderação.

4.- Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados considerando sempre quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à segunda casa decimal.



Artigo 9.º

(Classificação das propostas)

1.- Uma vez determinadas as valias das propostas, o júri ordená-las-á por ordem decrescente de mérito, aferido em função da pontuação obtida pelas mesmas nos diferentes fatores e subfatores do critério de adjudicação.

2.- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no fator do critério com maior ponderação.

3.- Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

4.- A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

5.- O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

Artigo 10.º

(Fator preço)

1.- O factor *preço* será preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o *preço base* e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a **€0,1 (um cêntimo)**.

2.- A análise das propostas em face do fator *preço* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

Descritor	Pontuação
Preço	$1,00 - \frac{\text{Preço Proposto} - 0,01 \text{ €}}{\text{Preço Base} - 0,01 \text{ €}}$



Artigo 11.º

(Metodologia de avaliação)

1.- O fator *valia técnica* será preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do presente regulamento (metodologia e programa de trabalhos), que participarão, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

2.- Para preenchimento do subfator **metodologia**, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do presente regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

3.- Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, as propostas serão avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

4 – **Relativamente ao subfator metodologia, deverá ser apresentado, em Memória Descritiva e Justificativa, um quadro informativo onde o concorrente identifique, e assuma integralmente, o local (páginas ou artigo) onde considera que consta a fundamentação/informação que conduza os membros do júri à análise particular do cumprimento dos critérios de análise previstos no descritor;**

Artigo 12.º

(Descritor de avaliação)

A análise das propostas em face do fator «**valia técnica**» será operacionalizada pela subsunção das mesmas aos descritores seguinte:

1.º Subfator – Metodologia

1.- A pontuação final do subfator **metodologia** será determinada pelo somatório das pontuações atribuídas em cada critério de análise;

2.- A pontuação dos critérios será determinada apenas por duas possíveis pontuações. Valor 0 (zero) caso não se considere cumprido o respetivo critério em análise, ou o valor constante na coluna <*pontuação*>, no pressuposto do júri do procedimento considerar cumprido o correspondente critério de análise;



Subfatores de Avaliação e Ponderação	Pontuação	Descritor – Critérios de análise
1.º Subfator – Metodologia Para preenchimento do subfator metodologia, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.	0,20	C1.1 Apresenta e descreve a metodologia proposta para execução dos trabalhos, de uma forma coerente, congruente, adaptada às características e objeto da empreitada;
	0,20	C1.2 Apresenta e descreve a metodologia proposta para a execução dos trabalhos, organizada segundo uma sequência cronológica lógica compatível com plano de trabalhos e com os objetivos gerais da empreitada;
	0,20	C1.3 Explicita e descreve o modo e os processos construtivos utilizados para a execução dos trabalhos/tarefas previstos no mapa de trabalhos;
	0,20	C1.4 Identifica os condicionantes locais e riscos que possam potenciar o desvio no cumprimento do prazo de execução;
	0,10	C1.5 Face aos condicionalismos e riscos enunciados no critério anterior, identifica as medidas compensatórias a implementar de forma a corrigir e mitigar o risco de desvio – obrigatório identificar medidas associadas ao risco da quebra de cadeias de fornecimento de materiais e mão de obra;
	0,10	C1.6 Descreve e enuncia as diferentes frentes de trabalho que se prevê alocar e afetar durante a execução dos trabalhos, enunciando a relação de interdependência e precedência entre as diferentes frentes de trabalho;



2.º Subfator – Programa de trabalhos

3.- A pontuação final do subfator **programa de trabalhos** será determinada pelo somatório das pontuações atribuídas em cada critério de análise;

4.- A pontuação de cada critério será determinada apenas por duas possíveis pontuações. Valor_0 (zero) caso não se considere cumprido o respetivo critério em análise, ou o valor constante na coluna <pontuação> no pressuposto do júri do procedimento considerar cumprido o correspondente critério de análise;

Subfatores de Avaliação e Ponderação	Pontuação	Descritor - Critérios de análise
2.º Subfator- Programa de trabalhos Programa de trabalhos pormenorizado à semana, resultante da articulação e do encadeamento sequencial das atividades a desenvolver.	0,15	C2.1 O plano de trabalhos e o plano de mão-de-obra são totalmente compatíveis entre si.
	0,15	C2.2 O plano de trabalhos e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si.
	0,10	C2.3 O plano de trabalhos expõe e explicita claramente as atividades que constituem o(s) caminho(s) crítico(s) no desenvolvimento dos trabalhos;
	0,15	C2.4 O plano de trabalhos expõe todas as especialidades e respetivas atividades a executar, referenciando-as semanalmente.
	0,10	C2.5 O plano de trabalhos demonstra a coerência da calendarização semanal, bem como a efetiva possibilidade do seu cumprimento do prazo de execução proposto
	0,15	C2.6 O plano de trabalhos demonstra e apresenta, com coerência, o encadeamento sequencial e as relações de precedência e sucedência e as atividades integrantes do Programa de Trabalhos.
	0,10	C2.7 O plano de mão-de-obra expõe todas as equipas e respetivas atividades a executar, referenciando-as semanalmente por homem e tipo de profissão.
	0,10	C2.8 O plano de equipamentos expõe todos os tipos de equipamentos e respetivas atividades a executar, referenciando-os semanalmente.



Artigo 13.º

(Pontuação final)

A pontuação final de cada proposta será obtida por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,80 \cdot P + 0,20 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do factor Preço”

«M» representa a “Somatório da pontuação no subfator Metodologia”

«PT» representa a “Somatório da pontuação no subfator Programa de trabalhos”

III - Ordenação das propostas e recomendação de adjudicação:

Artigo 14.º

(Relatório Preliminar de Análise e Avaliação de Propostas)

1.- O júri do procedimento, com base nas propostas e na análise que às mesmas tiver realizado, aos estudos que eventualmente tenha colhido ou aos relatórios técnicos realizados, elaborará um relatório fundamentado, que documentará os trabalhos executados, os motivos para a exclusão de quaisquer propostas, a apreciação e o mérito de cada uma delas em face do critério de adjudicação e estabelecerá, com aquele fundamento, a respetiva ordenação por ordem decrescente de mérito.

2.- O Relatório Preliminar deverá ainda conter, a título de fundamentação, uma nota explicativa da metodologia e processo de análise e apreciação aplicados pelo Júri, que não prejudicará o disposto no presente regulamento.

Artigo 15.º

(Audiência prévia)

1.- O júri procederá à realização da audiência prévia escrita aos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- O disposto no presente artigo e no anterior repetir-se-á em caso de necessidade de reformulação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas caso se verifique alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 148.º do *Código dos Contratos Públicos*.



Artigo 16.º**(Relatório Final de Análise e Avaliação de Propostas)**

Ponderadas as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, se existirem, o júri do procedimento elaborará um Relatório Final de Análise e Avaliação de Propostas, no qual:

- a) Concretizará em versão definitiva o Relatório Preliminar;
- b) Fundamentará os motivos do não acolhimento das críticas movidas em audiência prévia, se tiverem existido;
- c) Procederá à ordenação das propostas;
- d) Formulará uma recomendação de adjudicação.

